

Cobiça e conflito: uma reflexão sobre a produção de novas identidades no município de Itacaré, Bahia, Brasil.

I – Introdução

O presente artigo teve por objetivo apresentar os resultados parciais da etnografia realizada entre os anos de 2002-2004 para o projeto de tese “ O direito ao lugar: situações processuais de conflito na reconfiguração social e territorial do município de Itacaré, BA”, cujo o tema é o processo social de mudança em curso na municipalidade de Itacaré, localizada no estado da Bahia, Brasil. Os processos de interação entre as associações locais e o Conselho Gestor da APA Itacaré – Serra Grande, quando constituídas como arenas públicas (CEFAI:2002), compõe o objeto central de análise, uma vez que permitem entender a construção e redefinição da identidade social dos habitantes e grupos que conformam este lugar espacial e culturalmente através de seus questionamentos e tendências.

Considero como problemas relevantes e convergentes ao tema do referido projeto: 1- O turismo, como modo de reorganização simbólica e material da localidade; 2 - A questão ambiental, devido ao impacto de sua legislação e das ações reguladoras do governo local, estadual e federal na vida social e econômica do município; 3 -. A relação entre Local e Global, por tornar possível a compreensão do processo de interação entre a realidade local e os fatores externos que vem contribuindo para a transformação deste município.

Neste trabalho, me proponho a refletir sobre o processo de interação entre os diferentes seguimentos sociais que compõe atualmente a localidade de Itacaré, à partir das novas categorias identitárias elaboradas pelos habitantes para expressar este conflito. Como variante deste tema pretendo discutir o que pensa a população tradicional local – fazendeiros de cacau, agricultores, pescadores e ribeirinhos – em relação ao turismo, aos turistas, a questão imposta com a criação da APA Itacaré Serra Grande e aos novos moradores que se instalaram no município em busca de novas oportunidades econômicas. Para tanto, torna-se necessário contextualizar o problema.

II Contextualização do problema

Situado a 530Km de Salvador e 70km de Ilhéus, o município de Itacaré possui atualmente 18 mil habitantes distribuídos por uma área de 746km²; 55% da população

reside na zona rural, enquanto cerca de 8 mil habitantes estão concentrados na área urbana. Antigo porto de comércio do cacau, a cidade vive hoje da pesca e do turismo.

De modo sintético, podemos dividir a história do município Itacaré em duas fases: antes e depois da construção da estrada (1996-1998) conseqüente à criação da APA Itacaré-Serra Grande (1993). Antes, embora relativamente isolado, devido a dificuldade de acesso terrestre, o município destacou-se como um importante porto de escoamento da produção cacauzeira¹ do sul da Bahia², principalmente entre os anos de 1920 e 1960, quando começa a perder sua relevância portuária.

Seus segmentos sociais originais constituíam-se de pescadores, ribeirinhos, pequenos produtores voltados para a agricultura de subsistência e grandes proprietários rurais vinculados à economia cacauzeira, que vieram a falir na década de 80 devido à alta incidência da doença fúngica “Vassoura de Bruxa” nas plantações e à subsequente queda do preço do produto no mercado internacional. A partir de então, o município entrou em franca decadência, acentuada por seu difícil acesso e conseqüente isolamento.

A chamada “crise do cacau” não afetou somente o município mas todo o sul do estado da Bahia. Os baixos preços ditados pelo mercado, provocaram o endividamento dos fazendeiros e o desemprego de grande parte dos trabalhadores rurais. A busca por atividades econômicas alternativas, estimulou a já expressiva extração de madeira na Mata Atlântica da região e a expansão da pecuária. O alto índice de desemprego³ desencadeou simultaneamente um grande êxodo rural e o significativo aumento de reivindicações por Reforma Agrária.

Dentre as estratégias governamentais para reordenar a economia do estado, foi criado no ano de 1991, o PRODETUR/BAHIA - Plano de Desenvolvimento do Turismo da Bahia – com a finalidade de reposicionar a indústria turística estadual no ranking nacional. Este planejamento elaborou uma série de metas e redesenhou a geografia turística do estado dividido-o em sete áreas: Costa dos Coqueiros, Costa do Dendê, Costa do Descobrimento, Costa das Baleias, Costa do Cacau e Chapada Diamantina.

¹ Segundo Falcon(1995) a cultura do cacau no sul da Bahia se desenvolveu em 3 ciclos: 1746/1820 – plantio e desbravamento da região seguindo-se a estagnação sem conseqüências; 1820/1895 – reinício do plantio com as primeiras exportações chegando a atingir 100 mil sacos; 1895/1930 – afirmação do cacau como base econômica da região sul do estado.

² De acordo com as informações locais, “ os navios ancoravam lá fora porque a barra do Rio de Contas era muito forte. Os marinheiros subiam o rio em embarcações menores até Correia Ribeiro, onde era armazenado todo o cacau da região. Lá, eles pegavam os sacos de cacau, desciam o rio elevavam para o navio que seguia para Salvador (Relatório IESB/janeiro de 2001).

³ Segundo dados do IBGE (1991) mais de 200 mil pessoas foram demitidas da região cacauzeira.

Para cada uma destas regiões, elegeu-se um destino âncora, mas a estratégia política de proteção ambiental vinculada ao turismo ecológico, foi considerada como base futura e comum de sustentação para os distintos eixos de desenvolvimento (GAUDENZI,2004: 1).

Como resultante do referido planejamento, em 1993, o decreto 2.186 criou no município de Itacaré, situado na então denominada “Costa do Cacau”, a Área de Proteção Ambiental Itacaré/Serra Grande com o intuito de “preservar as paisagens e belezas cênicas remanescentes de Mata Atlântica, além de incentivar o desenvolvimento sustentável de seus recursos naturais através do turismo”⁴.

Em 1996, através do projeto BID/Prodetur foi iniciada a pavimentação da “Estrada Parque Ilhéus- Itacaré”⁵. Em 1997, pricipiou-se o processo de implementação do Plano de Manejo da APA Itacaré-Serra Grande, para definir o zoneamento⁶ e a utilização da área, bem como os novos postulados ambientais a serem seguidos. O estabelecimento de restrições ao uso e à ocupação da região tem gerado conflitos entre a população tradicional local (Little:2002), os novos moradores e aqueles que determinam os instrumentos de controle. Para ampliar a complexidade do quadro, a estrada, concluída em 1998, e o turismo surgem como fatores irreversíveis de mudança.

Implementada com finalidades *a priori* econômicas, a estrada rapidamente atingiu seu objetivo pois, se antes Itacaré era freqüentada somente por veranistas bahianos, viajantes alternativos e surfistas em busca de paraísos naturais e ondas perfeitas, a partir de então, esta localidade tornou-se acessível nacional e internacionalmente. A facilidade de acesso, além de possibilitar a presença de fluxos populacionais sazonais, acarretou uma onda migratória em direção à região, tanto por parte das populações circunvizinhas em busca de novas oportunidades econômicas, quanto por parte de pequenos empresários e grandes especuladores imobiliários vindos da região sudeste. Além disso, cinco assentamentos foram efetivados na região durante a década de 90.

⁴ Veja-se no *site* www.itacare.com.br/itacare/apa/guia.php

⁵ A nova estrada recebeu este nome porque foi a primeira rodovia brasileira a contar com monitoramento ambiental em toda a sua fase de obras. Este monitoramento foi realizado por um grupo inter-institucional formado por representantes de organizações não-governamentais, departamento de Estradas de rodagem da Bahia, engenheiros das empreiteiras envolvidas e as prefeituras dos municípios em questão.

⁶ Esta APA possui 17 Zonas com diretrizes e planejamento: 1 Zona de Preservação da Vida Silvestre; 1 Zona de Proteção Rigorosa; 1 Zona de Preservação Permanente; 1 Zona Agro-florestal; 1 Zona de Orla Marítima; 1 Zona de Proteção Visual; 2 Zonas Turísticas; 1 Zona Turística Especial; 1 Zona de Vila turística; 1 Zona de Uso Diversificado; 1 Zona de Agricultura; 1 Zona de Ocupação Controlada; 1 Zona de Ocupação Rarefeita; 1 Zona de Expansão Prioritária; 1 Núcleo Urbano de Apoio; 1 Núcleo Urbano Consolidado (Inventário Ecoturístico/2002).

Como se pode observar, uma configuração social, econômica, ambiental e espacial bem mais complexa se comparada ao período anterior à criação da APA e à construção da estrada, quando o município se encontrava em relativo isolamento. Tanta sobreposição de interesses se expressa através dos sinais diacríticos concernentes ao associativismo local onde registram-se atualmente mais de cem associações bem como nas categorias identitárias produzidas socialmente para estabelecer distinções entre antigos e novos moradores que discutiremos a seguir. Este é o quadro atual do município de Itacaré, no qual iniciei minha pesquisa em 2002.

III Categorias identitárias: metodologia, configuração das representações e algumas reflexões sobre as distinções encontradas.

1 – Metodologia para o processo de configuração das categorias encontradas

Quando iniciei meu trabalho no município de Itacaré no ano de 2002, ainda não havia escolhido a forma de abordagem do objeto central⁷ de análise desta tese. Tal indecisão decorria certamente das constantes surpresas com as quais me deparei ao tentar compreender a surpreendente dinâmica do fenômeno turístico. No entanto, como muitas vezes é o campo e o estado permanente de observação, que nos dão as respostas quanto ao que é preciso ser investigado, neste período inicial de pesquisa, já podia notar nos discursos individuais, a recorrência à uma distinção marcante entre aqueles que eram considerados como “de dentro” e como “de fora” do município.

Sinalizada pela constante reincidência desta representação procurei penetrar no significado destas atribuições que em processo cumulativo foi se consolidando ao longo do trabalho de campo realizado entre os anos de 2002 e 2004. Neste período realizei uma série de 30 entrevistas nas quais, o registro de várias distinções identitárias é explicitado no discurso dos colaboradores. Sendo assim, as classificações que serão

⁷ Para lembrar, refiro-me aos processos de interação entre as associações locais e o Conselho Gestor da APA Itacaré – Serra Grande, quando constituídas como arenas públicas (CEFAI:2002).

apresentadas podem ser consideradas como avaliações individuais mas que espelham crenças e atitudes coletivas.

Vale dizer que em determinados momentos tive a oportunidade de realizar algumas dinâmicas de grupo e discutir as diferentes categorias encontradas com distintos grupos da localidade. Notável também, foi o fato de constatar que os referidos grupos e ou indivíduos não se dão conta sobre o quanto estas classificações estão interiorizadas em seus discursos e muitas vezes, quando confrontados com tais representações negam o emprego das mesmas.

Para apresentar as categorias que compõe esta configuração identitária tomo por referência, o princípio de que “todos os elementos de uma configuração, com suas respectivas propriedades, só são o que são em virtude da posição que têm nela. Assim a análise ou separação dos elementos é meramente temporária numa operação de pesquisa que requer a complementação por outra, pela integração ou sinopse dos elementos, do mesmo modo que esta requer a suplementação da primeira. Aqui o movimento dialético entre análise e síntese não tem começo nem fim”(ELIAS e J.L SCOTSON,2000:58).

2 – Configuração das representações

Ao longo do tempo de observação participante, pesquisa documental e entrevistas, me deparei com as seguintes categorias identitárias empregadas para nomear a população: nativo, forasteiro, local, ficante, filho da terra, filho de Itacaré, de fora, assentado e turista.

- 1- Nativo: fruto do processo de interação com as pessoas de fora, principalmente turistas e viajantes alternativos, esta atribuição foi incorporada pela população tradicional local urbana, para denominar aqueles que são nascidos e criados no município e que também se auto-reconhecem como “filhos da terra ou de Itacaré”.
- 2- Forasteiro: denota uma conotação bastante pejorativa para indicar as pessoas de fora que permanecem em Itacaré temporariamente e não estabelecem qualquer relação de proveito - afetiva ou econômica- com as pessoas do lugar. É necessário esclarecer que o “turista” não se situa nesta posição, devido à sua importância econômica para boa parte dos estabelecidos.

- 3- Local : aquele que é considerado como local não nasceu no município mas o longo período de permanência lhe confere uma outra posição ou *status*, onde a relação de confiança é essencial para que seja reconhecido como “do lugar”.
- 4- Ficante: é aquele que chega como turista ou viajante alternativo, se apaixona pelo lugar e começa a postergar sua partida estabelecendo laços afetivos, de natureza efêmera ou não com a localidade. Está num estágio transitório e justo por isto esta categoria tem uma conotação ambígua pois serve tanto para qualificar quanto para desqualificar a pessoa. A qualificação se deve aos laços de afetividade estabelecidos ao passo que a desqualificação está vinculada a fatores de ordem econômica uma vez que se possuem melhores qualificações profissionais conseguem emprego nos estabelecimentos locais tirando a oportunidade da população fixada na localidade. Digamos que esta categoria comporta em seu próprio estado de efemeridade o tempo de ilusão com a possibilidade de “viver no paraíso”.
- 5- Filho da terra: é uma expressão antiga, empregada pelos habitantes nascidos na região para se auto-designarem. Atualmente ainda em uso nas regiões rurais.
- 6- Filho de Itacaré: também originalmente utilizada pela população tradicional como auto-atribuição. Entretanto, esta expressão perdeu seu significado coletivo e unificador da origem dos moradores ao ter sido adotada como nome de referência, por uma associação fundada por alguns proprietários de cacau falidos e integrantes da classe média local. Estes, ao se agregarem, tinham como propósito fazer frente aos novos moradores que chegaram para explorar turisticamente o município. Porém, como esta ação coletiva caracterizou-se como uma ação da elite local, a expressão Filhos de Itacaré perdeu sua força integradora e ganhou um significado ambíguo por se remeter aos privilegiados, deixando de ser empregada com a mesma frequência e conotação pelos demais moradores.
- 7- De fora: expressão genérica que reúne todos aqueles que não são nem da região rural nem da região urbana do município e que de certo modo ameaçam a população local.
- 8- Assentados: atribuição referente à população rural do estado da Bahia assentada no município durante os anos 90, após os conflitos gerados pelo alto índice de desemprego, conseqüente à queda do cacau no mercado internacional. Vistos com reserva e distância pela população local.

9- Turista: Utilizo aqui uma frase que ouvi em campo “Turista é turista, é o nosso o ganha pão !” Portanto, no caso de Itacaré como em boa parte das localidades brasileiras o turista é visto como uma realidade necessária e por isto bem tratado pela população local por ser a fonte econômica da maioria das famílias.

3- Algumas reflexões sobre a gama de distinções encontradas.

Como podemos observar, todas as categorias identitárias encontradas permitem-nos refletir sobre a relação espaço-tempo entre os habitantes deste território, onde a mobilidade, própria ao fenômeno turístico passou a imprimir na vida cotidiana local a condição da efemeridade. Em termos espaciais, tais classificações expressam o sentimento de pertencimento, exclusão e inclusão com relação ao lugar ao passo que a temporalidade, no sentido de duração, mensura a relação afetiva ou não, com o referido espaço.

Se estabelecermos uma escala configurativa de tais representações, observaremos que enquanto as categorias “nativo”, filho da terra” e “filho de Itacaré” podem ser agrupadas como representações incondicionais de pertencimento, num outro extremo, as categorias “de fora”, “forasteiro” e “turista” reificam a efemeridade da presença e da condição transitória. Esta condição é observável tanto nos aspectos negativos atribuídos ao “de fora” e ao “forasteiro” pela própria obscuridade de suas identidades, quanto no aspecto positivo daquele que é visto como gerador de divisas econômicas para o lugar, tal como é o caso do turista.

Entre os extremos destas distinções situam-se as categorias “local” e “ficante”, como expressões de um estado de latência para a atribuição de pertencimento. Já a categoria “assentado”, alude aquele que veio para ficar mas ao mesmo tempo é reflexiva de uma imposição não contestada.

Para analisar as distinções encontradas na municipalidade de Itacaré, tomo por referência o “princípio da antiguidade” da clássica distinção entre “estabelecidos e outsiders” de N.Elias e J.L Scotson. Neste estudo realizado sobre uma localidade inglesa denominada de modo fictício como Winston Parva, os autores distinguem as diferentes configurações das redes de relações sociais tecidas no processo de interação entre antigos e novos moradores e elaboram propriedades gerais de todas as relações de poder explicitadas nos pares: superioridade – inferioridade moral e social; auto percepção – reconhecimento; exclusão – pertencimento.

Entretanto, algumas distinções entre o modelo teórico de referência e o contexto analisado nesta pesquisa devem ser esclarecidos. N.Elias e J.L Scotson se depararam com uma realidade sócio-econômica homogênea onde a superioridade moral dos antigos moradores se destaca como elemento de conflito explícito face a chegada de novos moradores.

Conforme procurei demonstrar ao contextualizar a localidade estudada, não me deparei como os referidos autores com uma realidade homogênea, composta por trabalhadores urbanos distinguidos por suas diferentes temporalidades com relação ao lugar, mas sim, pelo contrário, com uma realidade já bastante complexa devido à chegada da estrada, do turismo e da formação de novos segmentos sociais nesta localidade. Mesmo no contexto anterior aos fatores de mudança estudados, o grau de coesão grupal já indicava uma fragmentação social entre a população tradicional - ribeirinhos, pescadores e agricultores - e os grandes proprietários de terra, produtores de cacau. Portanto, o eixo de análise se dá num ambiente de composição heterogênea, acentuada pela dinâmica e mobilidade da atividade turística.

Além disso, se o princípio da antiguidade em Itacaré fundamenta as categorias identitárias construídas e serve para legitimar os antigos moradores com relação ao “direito ao lugar”, ele não se caracteriza por uma superioridade moral dos mesmos, mas sim, pelo contrário, indica um certo ressentimento dos antigos moradores com relação à superioridade econômica, técnica e intelectual, de boa parte dos novos seguimentos que se estabeleceram na localidade. Em outras palavras, os antigos moradores se sentem prejudicados face ao diferencial de poder com o qual foram confrontados e procuram legitimar os direitos em relação ao lugar através do discurso de pertencimento.

Portanto, o advento do turismo não posicionou os grupos tradicionais locais como os detentores da autoridade e da influência, posto que grande parte dos segmentos tradicionais locais não conseguiu se inserir de modo dominante na indústria turística anteriormente pensada pelos referidos grupos como uma espécie de “salvação econômica para o lugar”.

Em princípio o segmento social local mais abastado, ou seja os produtores de cacau falidos, chegou a acreditar que o turismo seria uma nova forma de reafirmação do antigo poder que detinham quando grandes produtores de cacau. Entretanto, grande parte deste segmento não conseguiu participar da dinâmica econômica do turismo. Ficaram de tal forma ressentidos com a “invasão” do município que chegaram a fundar a Associação dos Filhos de Itacaré para fazer frente aos “novos moradores”.

Já os pescadores, ribeirinhos e agricultores, embora sempre alijados do poder e da autoridade local, através do discurso “identitário”, não deixam de expressar uma frustração com relação às expectativas que mantiveram sobre a estrada e o turismo. De fato, eles permaneceram na mesma posição ou perderam suas terras para os especuladores imobiliários que chegaram à região. Na vida cotidiana, mantém uma rivalidade cultivada(LEITÃO: 2004) com os “atravessadores” das operadoras de turismo e com as populações circunvizinhas, que num fluxo migratório sazonal chegaram e continuam chegando à localidade em busca de trabalho.

Para esclarecer, a oportunidade econômica gerada pelo turismo tem feito com que muitas famílias baianas do interior desloquem-se para Itacaré durante a alta estação, com o objetivo de aumentarem suas receitas familiares via exploração turística. Aqueles que dispõem de melhor formação escolar tentam conseguir emprego nas pousadas ou comércio local, mas a grande maioria dos migrantes temporários atua na economia informal, como é o caso dos vendedores ambulantes dispersos no espaço urbano. Em muitas situações, esta fixação transitória acaba se efetivando. É importante dizer que a migração pendular não se dá somente a nível estadual mas também, à nível interestadual e porque não dizer, internacional. Muitas pessoas vindas das regiões Sudeste e Sul do país, principalmente dos Estados de São Paulo e Minas Gerais, têm se fixado no município, bem como franceses, italianos, suíços e alemães.

Como contrapartida as categorias identitárias empregadas pela população local, os empresários de grande, médio ou pequeno porte que chegaram ao município também cultivam esta rivalidade e ressentem-se com a condição de “estrangeiro” (SIMMEL:1983) que lhes é atribuída nos momentos de conflito entre as partes – de dentro e de fora – em questão. Pode-se dizer que atuam com uma certa variação de posição face a população local. Boa parte deste empresariado apresenta um discurso consiliador e alega tentar integrar os ditos “nativos” no mercado de trabalho gerado pelo turismo. Entretanto, na prática diária justificam a frequente importação de mão de obra ou a preferência por empregar os “de fora”, na dita falta de qualificação “dos nativos” para o novo mercado de trabalho requisitado pelo turismo. Os dados sobre esta questão ainda não foram devidamente analisados mas pude constatar durante o trabalho de campo que a preferência pela contratação de mão de obra externa à localidade é visível.

Outro fator digno de observação é que o confronto entre antigos e novos moradores, não se dá de modo explícito. Este, se revela através da subjetividade do discurso e na lógica dos afetos implícita aos processos de interação individual e

coletiva. Deste modo, não podemos dizer que haja uma lógica rígida dos afetos, pois o turismo, como fenômeno extremamente dinâmico que é, implica numa certa agilidade reflexiva no processo de interação coletiva imposta pela mobilidade sazonal do município. O termômetro está na questão: “vamos ver quem fica, o que faz e como atua”. Digamos então que, excluindo-se as categorias identitárias de origem (nativo, filho da terra e filho de Itacaré) a passagem de uma categoria identitária a outra depende da permanência ou não em uma determinada posição nesta relação de forças.

Contata-se portanto, que na situação estudada, existe um conflito permanente mas que não atua numa única direção. Ora o confronto se dá de forma explícita através de espasmos discursivos, ora se apresenta de forma jocosa na convivência entre os distintos segmentos. Assim, a rivalidade expressa no discurso das categorias identitárias, é rígida por uma lógica dos afetos tão fluida quanto a mobilidade implicada na atividade turística.

Infelizmente, dado a complexidade do assunto, não poderei discutir com a devida pertinência os reflexos da criação da APA Itacaré Serra Grande na vida cotidiana da população local e o que esta pensa sobre a mesma. Entretanto, gostaria de apontar alguns aspectos relevantes a serem desenvolvidos numa discussão futura.

Por ter sido classificada como uma Área de Proteção Ambiental, esta reserva não impõe a remoção da população tradicional, permitindo deste modo, sua permanência na Mata Atlântica, desde que sejam respeitados os critérios de uso e manejo do solo e ambiente. Todavia, estes critérios inferem diretamente nas práticas tradicionais da população, que conseqüentemente vem se ressentindo com a imposição de muitas restrições como por exemplo, a proibição do plantio da mandioca, integrante do hábito alimentar local há muitas e muitas gerações.

Afetados pelas restrições impostas, a população tradicional vem passando por uma cisão nos procedimentos e perspectivas. Enquanto uma parte tenta incorporar o discurso ambiental em suas práticas diárias, participando de cursos sobre gestão ambiental ou transformando com os mínimos recursos dos quais dispõem, suas propriedades, em áreas voltadas para atividades propícias ao desenvolvimento do ecoturismo, outra parte, se recusa a aceitar os novos preceitos ecológicos mantendo seus hábitos tradicionais ou vendendo suas terras para os especuladores imobiliários.

Deste modo, ao mesmo tempo que podemos notar um evidente esforço da população local para se adequar aos novos critérios ambientais, percebemos que a imposição de restrições acompanhada por uma assistência bastante deficiente vem

produzindo uma relação assimétrica nos direitos e deveres entre a população tradicional local e o Conselho Gestor desta Área de Proteção Ambiental, integrado em grande parte por pessoas “de fora” do município.

É necessário enfatizar que não há propriamente uma recusa dos novos preceitos ambientais nem tão pouco uma condenação da atividade turística, mas os habitantes se sentem alijados dos benefícios que estas atividades poderiam lhes proporcionar já que são geridas em grande parte por seguimentos considerados externos à localidade.

Sendo assim, as categorias identitárias aqui descritas e discutidas refletem a necessidade de entendimento por parte da população local com relação à ampliação das redes de sociabilidade produzidas à partir dos três fatores de mudança material e simbólica, historicamente aqui distinguidos, ou seja, a criação da APA, a construção da estrada e o turismo. Se antes da construção da estrada, o município encontrava-se num relativo isolamento, o impacto produzido pela finalização da mesma, se traduz pelas novas “co-presenças” conseqüentes à facilidade de acesso e “mobilidade” gerando deste modo novas hierarquias, escalas de valores e redes sociais distinguidas por seus diferentes *status* na localidade estudada (URRY,J: 2005)

Gostaria de enfatizar que embora tenha me detido no conflito intrínseco a tais representações, estas novas relações de proximidade não produziram somente desafetos e frustrações nos moradores de Itacaré mas sim, ampliaram de tal forma a possibilidade de comunicação intra-mundos que torna-se visível a necessidade social de classificar para compreender esta nova realidade. Resta saber o que virá.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CEFAI, D. *Qu'est-ce qu'une arène publique? Quelques pistes pour une approche pragmatiste*. In: Cefai Daniel e Joseph, Isaac (org). *L'heritage du pragmatisme. Conflits d'urbanité et epreuves de civisme* Paris: Presses Universitaire de France, 2002.

ELIAS, N e SCOTSON L. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar,2000.

FALCON,G. *Os Coronéis do Cacau*. Salvador: IEMANJÁ,1995.

GAUDENZI,P. *Evolução da Economia do Turismo na Bahia*. <http://www.bahia.ba.gov.br/sct/parte3.htm>. Capturado em 12/1/2004.

LEITÃO,W.M. *Rivalidade Cultivada, conflito e unidade social num bairro carioca*. Revista Comum Rio de Janeiro:FACHA, 2004.

LITTLE, P. E. *Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade*. Série Antropologia. Brasília: UNB, 2002.

URRY, J. *Mobility and Proximity* http://perso.wanadoo.fr/ville-en-mouvement/interventions/John_Urry.pdf. Capturado em 25/04/2005
Molity and Conections (<http://www.ville-en-mouvement.com/telechargement/040602/mobility.pdf>) Capturado em 25/04/2005